

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | setembro 2017

—CORREIOS,



Governo e aliados colocam o país à venda



O TROCO

Uma publicação mensal do Sindicato
dos Bancários de Pelotas e Região

setembro/2017

Editorial

Ironicamente, no mês em que se comemora a independência do Brasil, não há motivos para celebrar. A retirada de direitos e a perspectiva de cortes em investimentos nas áreas da saúde e educação está levando o país de volta ao tempo em que era colônia de Portugal. Um governo sem aprovação popular e afundado em escândalos de corrupção não tem condições de falar em nome do interesse da maioria da população. Com o claro objetivo de entregar as nossas riquezas naturais para exploração de mineradoras sem nenhum compromisso social, Temer e seus aliados pretendem assumir de vez a cartilha neoliberal. Não há projeto político e econômico para o desenvolvimento do Estado nacional, apenas uma tentativa desesperada para encontrar um mercado que só existe na imaginação de Meirelles. A industrialização do Brasil, ao longo da história, se deu a partir de esforços em comum. O Estado sempre atuou lado a lado com empresas públicas, privadas e estrangeiras, mas, com a histeria privatista dos tresloucados que governam esse país, jamais se atingirá qualquer eficiência produtiva. A possível extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca) é mais uma demonstração de que a soberania nacional está em risco. É preciso estar atento e mobilizado. Esse projeto inclui uma reforma trabalhista que terá impactos imediatos na vida da categoria bancária. Informe-se, filie-se ao Sindicato e vamos, juntos, resistir. Não é apenas por nós. É pelas próximas gerações. A única luta que se perde é aquela que se abandona.

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiário de Comunicação

MARCELO NASCENTE

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas
e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriate

Artigo

A privatização do futuro

Por Sandro Ari Andrade de Miranda *

Cerca de 70% do Planeta Terra é coberto por água. Contudo, apenas 2,5% são de água potável. Portanto, um recurso absolutamente escasso e com uma importância gigantesca para qualquer país do mundo quando se fala no planejamento do futuro.

Desta pequena reserva, 80% estão concentradas nas calotas polares e em geleiras, e 12% nos cursos hídricos e aquíferos estão no território brasileiro. Isto quer dizer que, com a ressalva das águas congeladas, o Brasil detém 60% das águas correntes de todo o mundo. Esse potencial demonstra que a água é uma reserva estratégica para um país que possui uma imensa dívida social com a sua população.

O acesso à água é um retrato da desigualdade planetária, pois mais de 1,1 bilhão de pessoas não recebem água tratada, resultando em índices absurdos de morte por doenças derivadas da falta deste recurso, cerca de 1,6 milhão de pessoas por ano. Se trouxermos o problema para o Brasil, 35 milhões de brasileiros e brasileiras não têm acesso à água e apenas 83% da população recebe esta diretamente em seus lares. O índice de esgoto tratado é ainda pior, beneficiando pouco mais de 40% da população. A situação fica ainda pior se considerarmos que 35% da água que recebe tratamento é desperdiçada em ligações clandestinas, vazamentos, mediação incorreta ou mero desperdício.

Somam-se a este problema a falta de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos na grande maioria dos estados, sendo hoje possível contar nos dedos quantas bacias realmente possuem política de controle sobre o uso da água. Se considerarmos a exigência de cobrança aos grandes usuários, em homenagem ao princípio do usuário/poluidor-pagador, o índice é ainda menor. Na verdade, insignificante, demonstrando o elevado grau de apropriação privada de um recurso que é público, e de externalização de danos para a sociedade, vejamos o exemplo do crime ambiental de Mariana ou da falta de abastecimento nas grandes capitais em perí-

odo de seca.

Se não bastasse todas essas dificuldades, existe uma imensa pressão de determinados segmentos e grupos políticos para a privatização não apenas do saneamento, mas das águas como um todo. O abastecimento de água é um grande negócio, muito lucrativo, tanto que financia a implementação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e, em algumas cidades, de drenagem, com sólida folga. Aliás, a lucratividade do abastecimento de água, com todas as precariedades do serviço, é um dos motivos para o baixo investimento em outras áreas, pois tratar esgoto é algo muito caro.

Ocorre que o serviço privatizado não deu certo em lugar algum do planeta, muito menos no Brasil. Países que chegaram a ver a privatizar o abastecimento foram obrigados a voltar atrás, como França, Alemanha, Argentina, Bolívia e os próprios Estados Unidos. Em regra, a privatização apenas encareceu o serviço em todo o planeta e elitizou o acesso, sem contar a queda de qualidade na prestação e no produto, como destaca o relator da ONU sobre o tema, Leo Heller, que ainda vê o processo em andamento no Brasil como “preocupante” e “problemático”.

No entanto, o problema é ainda mais grave do que uma simples discussão sobre prestação de serviços. Como já colocado anteriormente, a soberania nacional está em cheque, pois um bem público que é raro, extremamente valioso e escasso, além de utilizado por toda a sociedade, passa para o controle privado. Num momento que a geolítica internacional discute a escassez, pois até mesmo Roma, berço dos aquedutos romanos sofre com a falta d'água, prefeitos e governadores brasileiros, com o apoio descarado do governo central, entregam um patrimônio fundamental para planejar o futuro das cidades ao setor privado. Desconsideram que o acesso à água é mais do que um simples serviço, e sim um direito fundamental protegido pela Constituição e acordos internacionais.

*Advogado, mestre em ciências sociais.

Charge





Bancários participam de palestra sobre Reforma Trabalhista

Reunidos na sede do Sindicato, os bancários puderam esclarecer suas dúvidas quanto ao impacto da Reforma Trabalhista em suas vidas. A palestra contou com a presença de um bom público e tratou dos fundamentos e princípios que levaram à reforma.

De acordo com o advogado do Sindicato dos Bancários de Pelotas, Rubens Vellinho, o que haverá é uma inversão de princípios. “Agora a proteção é da empresa. Quando eu quiser interpretar se o trabalhador tem direito, ou não, tem que ver o que é menos ruim para a empresa”, destacou. Ao abordar o tema, o advogado da Fetrafi-RS, Milton Fagundes, chamou a atenção para o fato de que a elite brasileira aproveitou o momento político para construir um projeto que visa favorecer o empresariado de todo o país. “Quando a gente vê um setor da classe dominante tentando acabar com os direitos trabalhistas eles precisam liquidar com a atividade sindical, porque é ela que constitui uma força minimamente consistente para chegar em uma mesa de negociações e tratar dos direitos dos trabalhadores”, disse.

Fagundes tratou de três pontos principais: a limitação que está sendo imposta à atividade sindical, a asfixia financei-

ra dos sindicatos e a redução de direitos trabalhistas. Hoje, os sindicatos representam praticamente toda a categoria. O incentivo ao aumento de trabalho em regime de pessoa jurídica, segundo o advogado, é uma forma de enfraquecer a categoria, pois estes trabalhadores poderão substituir os atuais funcionários dos bancos. São três as formas de contratação: 1) pessoa jurídica (microempreendedor individual - MEI; 2) autônomo e 3) terceirizado.

“Nós temos um torpedo vindo para o nosso lado. Precisamos ficar de olhos bem abertos e com a mente bem preparada para saber como lidar com isso”, alertou Fagundes. Ele se refere ao fato de que, na Lei 13467/17, fica acordado que a maioria dos direitos podem ser negociados. Um dos aspectos importantes tratados pelo painelista diz respeito ao fim do princípio da ultratividade – aplicação de dispositivo de lei, já revogada, em situações ocorridas durante o período em que a mesma estava em vigor. A medida assegurava que o contrato coletivo de trabalho vigorasse até que fosse feita uma nova convenção. “Com a nova Lei, caso não seja fechada a negociação até o dia 31 de agosto, os bancários correm o risco de perder direitos como: ticket alimentação, PLR e gratificação semestral. Isso porque não haverá mais base legal para continuar valendo a convenção coletiva, reforçou Fagundes.



Desmonte dos bancos públicos prejudica o país

A sociedade será a maior prejudicada com o desmantelamento do BB, da Caixa e do BNDES

Alimentos mais caros, fim do sonho da casa própria, mais miséria e consequentemente mais violência. Esse é o resumo do estrago que a sociedade brasileira pode viver com o desmonte dos bancos públicos.

Com a desculpa de que é necessário reduzir os gastos públicos para estabilizar a economia, desde que assumiu a Presidência da República, há pouco mais de um ano, o governo Temer promove um ataque contra o Estado brasileiro e o desmonte das empresas públicas.

Ao mesmo tempo que perdoa dívidas de bancos privados, empresas, estados e municípios, promove cortes de recursos para a saúde, educação e previdência públicas e arrasa os direitos dos trabalhadores.

Os interesses privados também são atendidos no governo Temer via desmonte dos bancos públicos. Assim, milhares de empregos foram extintos no último ano, rebaixando a quali-

dade do atendimento e transformando a sobrecarga de trabalho em regra nessas instituições.

Com a possibilidade de contratação de trabalho temporário, os bancos públicos não devem mais realizar concursos. Não haverá, portanto, a reposição dos trabalhadores desligados por meio de ingresso qualificado. A ideia do Governo e dos banqueiros é criar subempregos, com menores salários e sem direitos assegurados. A tendência é de que, com o tempo, os vínculos empregatícios desapareçam, restando apenas a prestação de serviços temporários para realizar tarefas que, hoje, são desempenhadas pelos bancários. É importante que os trabalhadores do BB e da Caixa participem das atividades do Sindicato e defendam os seus interesses, por meio da manutenção do caráter público das empresas nas quais trabalham.

Com informações da Contra-CUT

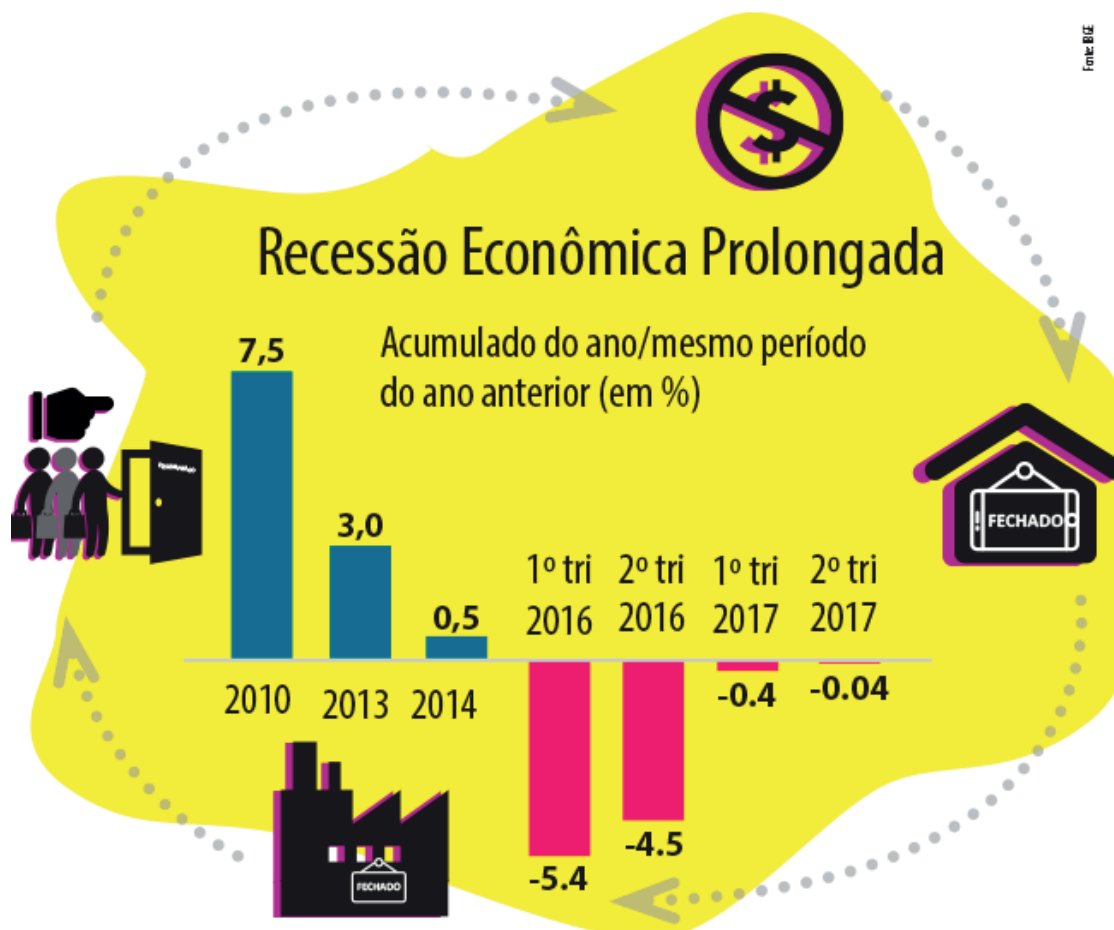


Aumento real de 1% e direitos garantidos

Bancários recebem até 30 de setembro, salários e vales reajustados, além da antecipação da PLR; demais conquistas estão valendo até 2018

O Brasil já acumula seis trimestres seguidos de variação negativa do PIB. Ou seja, é um país em plena recessão. Apesar disso, os bancários terão aumento real para salários e demais verbas de 1%. Somado ao INPC, que foi de 1,73%, o reajuste será de 2,75% (veja tabela abaixo). O INPC é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. É o índice de inflação utilizado pelos bancos e bancários na correção dos salários desde, pelo menos, 1995. Na sua composição tem grande peso a alimentação e, além da recessão que o Brasil atravessa, essa é uma das explicações para a queda do índice, já que o país teve boas safras e o preço dos alimentos básicos caiu.

O resultado do aumento real está diretamente relacionado à queda brutal da inflação que tem tudo a ver com a recessão que o país atravessa. “Com o agravamento da recessão econômica, os trabalhadores com campanhas no segundo semestre deverão ter



ainda mais dificuldade em conseguir reajustes acima da inflação”, avalia a economista Catia Uehara, técnica do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Nos bancos públicos a dificuldade seria ainda maior, já que a Secretaria de Coordenação Governança das Empresas Estatais (SEST) já havia informado que o governo federal não pretende reajustar salários este ano.

O acordo de dois anos garantiu esse reajuste mesmo em tempos de recessão, assegurando direitos até 2018 e ainda permitindo ao Comando Nacional dos Bancários negociar o que resultou na criação

dos centros de realocação e requalificação profissional. Agora, um aditivo à cláusula 62 da CCT estabelece a criação desses centros e os detalhes serão definidos banco a banco.

A recessão faz com que o desemprego aumente – já são 13,486 milhões de trabalhadores desocupados no Brasil – e, por consequência, a economia se desaqueça, num círculo vicioso que representa menos dinheiro em circulação, fechamento de lojas, indústrias, empresas e mais demissões.

Para o período da data base da categoria bancária, de 31 de agosto de 2016 a 1º de setembro de 2017, a inflação pelo INPC ficou em 1,73%. Somado ao aumento real de 1% conquistado em 2016, os trabalhadores terão 2,75% de reajuste em salários, piso, vales e auxílios, além da PLR. Tudo deve ser pago até 30 de setembro.

Itens da CCT	2016	2017	Variação R\$	INPC data-base	Aumento Real
Reajuste Salarial	8,00%	2,75%		1,73%	1,00%
Reajuste Diferenciado (pisos, vales)	15% e 10%	2,75%			
PLR	8,00%	2,75%			
Pisos Até 90 dias					
Portaria	1.358,25	1.395,60	37,35		1,00%
Escritório	1.946,68	2.000,21	53,53		1,00%
Caixa e Tesoureiro	2.455,09	2.522,61	67,51		1,00%
Pisos Após 90 dias					
Portaria	1.487,83	1.528,74	40,92		1,00%
Escritório	2.134,19	2.192,88	58,69		1,00%
Caixa e Tesoureiro	2.842,60	2.715,27	72,67		1,00%
Gratificações					
Gratificação de Caixa	508,41	522,39	13,98		1,00%
Outras Verbas de Caixa	240,40	247,01	6,61		1,00%
Adicional por Tempo de Serviço	29,08	29,88	0,80		1,00%
Gratificação de Compensador de Cheques	165,65	170,21	4,56		1,00%
Auxílios					
Auxílio Refeição	32,60	33,50	0,90		1,00%
Auxílio Alimentação	565,28	580,83	15,55		1,00%
13º Auxílio Alimentação	565,28	580,83	15,55		1,00%
Auxílio Creche / Babá (filhos até a idade de 71 meses)	434,17	446,11	11,94		1,00%
Auxílio Creche / Babá (filhos até a idade de 83 meses)	371,43	381,64	10,21		1,00%
Auxílio Funeral	978,08	1.004,98	26,90		1,00%
Morte e Invalidez por Assalto	145.851,00	149.861,90	4.010,90		1,00%
Auxílio Transporte (Noturno)	102,09	104,90	2,81		1,00%
Requalificação Profissional	1.457,68	1.497,76	40,09		1,00%
Remuneração Variável					
PLR - Regra Básica					
valor fixo	2.183,53	2.243,58	60,05		1,00%
PLR - Parcela Adicional (teto)	4.367,07	4.487,16	120,09		1,00%
Teto regra básica	11.713,59	12.035,71	322,12		1,00%
Teto regra básica majorada	25.769,88	26.478,55	708,67		1,00%
Antecipação PLR					
valor fixo	1.310,12	1.346,15	36,03		1,00%
teto regra básica antecipação	7.028,15	7.221,42	193,27		1,00%
teto antecipação adicional	2.183,53	2.243,58	60,05		1,00%

Novo Plano de Sartori pode incluir Banrisul na negociação com a União

Foto: Luiz Chaves

Afinado com a política entreguista do governo Temer (PMDB), o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, já projeta os próximos passos em direção ao chamado “socorro financeiro”. As medidas apresentadas incluem privatizações ou federalizações de estatais, prorrogação do aumento da alíquota do ICMS, fim de concursos públicos até 2020 e congelamento de salários.

O chamado “plano de recuperação fiscal do Estado” não leva em consideração alternativas viáveis para o problema. De acordo com estudo realizado pelos Técnicos Tributários da Receita Estadual do RS (Afocefe), somente em 2016 contabiliza-se R\$ 7,8 bilhões em sonegação de impostos. Nesse período, as renúncias fiscais atingiram um montante de R\$ 16,4 bilhões. Esse montante poderia pagar 13 folhas de pagamento de todo o poder Executivo. Além disso, seria suficiente para pagar três vezes o déficit do Estado, em 2015, que foi de R\$ 4,9 bilhões. Vale lembrar, ainda, que o total arrecadado pelo ICMS, em 2016, que é principal fonte de arrecadação do Estado, foi de R\$ 30 bilhões.

O governo Sartori estimou, inicialmente, uma economia de R\$ 6,7 bilhões, em quatro anos, com o pacote de maldades que sacrificou Fundações de grande importância para o desenvolvimento técnico e científico do Rio Grande do Sul. A falta de informação da sociedade gaúcha sobre o papel estratégico dessas e de outras instituições é fruto de um compromisso em não conscientizar a população para as alternativas que poderiam ser tomadas em detrimento do sacrifício imposto aos trabalhadores. Somente em publicidade institucional, no ano de 2016, o governo e a Assembleia Legislativa gastaram, aproximadamente, R\$ 6 milhões, de acordo com informações do Portal da Transparência.

Fosse de interesse do governo ir atrás de outras alternativas, que não as medidas de austeridade que punem os trabalhadores gaúchos, poderia ser revista, também, a compensação das perdas geradas pela Lei Kandir, como está sendo feito em outros estados. São R\$ 48 bilhões em créditos que o Rio Grande do Sul tem o direito a receber do governo federal, em valores corrigidos pela inflação do período. Mas as opções tomadas, até agora, visam apenas trans-



A agenda de Sartori é a mesma do mercado: retiram-se os direitos dos trabalhadores para favorecer a iniciativa privada

formar em ativo órgãos estratégicos para o desenvolvimento do estado. É o que está acontecendo, neste momento, com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o Badesul e a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Além da já insistente na venda da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), da Sulgas e da CEEE. O Banrisul seria a solução imediata, segundo os técnicos do Tesouro Nacional, para acelerar os trâmites da negociação, porém, o governo emperra na necessidade de realização de um plebiscito para avançar no processo de privatização ou federalização do banco.

O plano de recuperação do RS

1) Prorrogação do aumento de ICMS

Em 2015, o governo aprovou na Assembleia o aumento de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com vigência até final de 2018. Se as alíquotas voltarem ao patamar de 2015, o governo avalia que será “quase impossível” reequilibrar as contas até 2020, por isso avalia pedir a prorrogação, que terá de passar novamente pela Assembleia.

2) Privatizações ou federalizações

Com necessidade de autorização por meio de plebiscito: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Sulgás.

O governo tentou aprovar proposta de

emenda à Constituição (PEC) para vender essas empresas sem consulta pública. Como não deu, decidiu pedir aval da Assembleia para fazer o plebiscito em 2018. Até agora, não conseguiu levar o pedido a votação. A intenção é insistir ou tentar sensibilizar os deputados a reavaliarem a PEC.

Sem necessidade de plebiscito: Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), Badesul e a parte do Estado no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Bastaria aprovar projetos de lei simples na Assembleia. No caso do BRDE, a parte do Estado poderá ser oferecida a Paraná e Santa Catarina ou ser federalizada, com a anuência dos parceiros. Quanto à EGR, provavelmente o governo extinguiria o órgão para então oferecer a concessão das rodovias pedagiadas como ativo.

3) Custeio da máquina

Congelamento dos salários dos servidores públicos estaduais pelo menos até 2020.

Não serão criados cargos ou funções nem haverá alteração de planos de carreira que resultem em aumento de despesa nesse período.

Contratações serão congeladas, exceto para a reposição de aposentadorias em áreas essenciais, como saúde, segurança e educação.

Sartori pede urgência para aprovação destes projetos na Assembléia.

A RECOLONIZAÇÃO do Brasil

na era Temer

Política econômica de Temer faz país voltar aos tempos em que era colônia de Portugal

Os argumentos da equipe econômica do governo Temer (PMDB) em favor do desastroso ajuste fiscal que está em curso no Brasil estão caindo um a um quando defrontados com a realidade. O corte em investimentos não traz boas perspectivas para a indústria nacional. Muito pelo contrário. Faz com que regressemos rapidamente no tempo. Um período em que o Estado Nacional nem mesmo existia, sendo as nossas riquezas exploradas pelo capital estrangeiro e o povo entregue à própria sorte.

A ameaça à Amazônia, com a possível extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), faz parte do projeto de retorno ao tempo do Brasil Colônia, abrindo-se o território nacional para a exploração de empresas mineradoras interessadas em recursos como ferro, manganês, tântalo e, até mesmo, ouro. O interesse do capital estrangeiro em se aproveitar desse momento histórico de retirada de direitos dos trabalhadores e abertura do mercado em benefício da iniciativa privada, só faz

aumentar a pressão em torno das nove unidades de proteção da Reserva, as quais incluem duas terras indígenas.

Até mesmo economistas como Luiz Gonzaga Belluzzo e Delfim Netto repudiaram o ajuste fiscal adotado por Temer e falaram em “tentativa desesperada para encontrar um mercado que não existe” ao lembrar que o processo de industrialização pelo qual passou o país só foi possível graças ao esforço de cooperação mútua estabelecido entre o Estado, as empresas públicas, privadas e estrangeiras. A política neoliberal, adotada nos anos 90, a partir do Consenso de Washington, deu um ponto final a esse processo e, diferente do que se apregoava, não foi capaz de assegurar a eficiência produtiva e a plena liberdade dos indivíduos.

Com a economia real sendo cada vez mais apropriada pelo sistema financeiro o resultado é o retrocesso. Os trabalhadores estão reféns de um suposto “ajuste fiscal”, que os coloca no papel de novos escravos de uma Colônia mercantilizada à serviço de interesses que ameaçam a soberania nacional e o desenvolvimento econômico do país, comprometendo o futuro das próximas gerações.

APOIE O
Sul 21

Mensal

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

[Veja os Planos >](#)

Semestral

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

[Veja os Planos](#)

Anual

Assine o SUL21 e receba notícias diretamente em seu celular

[Veja os Planos](#)

Empresas e entidades

Sua empresa também pode assinar o SUL21 e receber notícias diárias, por whatsapp ou Telegram, ganhar ingressos para participação no Sul21Debates e receber notícias diárias por Newsletter.

[Assinatura Pessoa Jurídica](#)

Acesse o site <http://apoiadores.sul21.com.br/>

FESTA DOS BANCÁRIOS 2017

Bancários comemoram 84 anos do Sindicato

Com grande participação da categoria, na noite de 1º de setembro, os bancários e seus familiares aproveitaram para confraternizar e se divertir em comemoração pela passagem dos 84 anos de luta do Sindicato e, também, em homenagem ao Dia dos Bancários – celebrado em 28 de agosto. Após o jantar, a festa contou com a animação de Jukebox e Fábio Saraiva e banda. As fotos estão disponíveis no site do Sindicato: <http://www.bancariospel.org.br/>

